Processo nº: 0007703-10.2019.8.19.0002

Tipo do Movimento: Sentença

Descrição: Vistos etc. Trata-se de ação civil pública, com pedido liminar, proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face de EXPRESSO RIO DE JANEIRO LTDA., alegando, em síntese, que foi instaurado o Inquérito Civil nº 2016.00912967 decorrente de relatório de fiscalização realizado pelo DETRO em que foi constatado que a empresa ré vem descumprindo a legislação e as demais resoluções do DETRO/RJ, porquanto deixou de disponibilizar veículos para efetuar a linha 6031 (Niterói x Nova Iguaçu via Magé com ônibus tipo urbano), além de descumprir o quadro de horários da linha 19451 (Niterói x Nova Iguaçu via Magé com ônibus tipo rodoviário), comprometendo a qualidade do serviço prestado aos usuários. Afirma que as irregularidades foram apuradas em fiscalizações efetuadas pelo DETRO/RJ, nas quais restaram evidenciadas graves falhas na prestação do serviço de transporte, configurando violação ao artigo 175 da Constituição Federal, à Lei nº 8.987/95, bem como ao Código de Defesa do Consumidor. Requer a regularização da prestação de serviços das linhas de ônibus, com o cumprimento do quadro de horários fixado pelo Poder Concedente e a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Decisão de fls.147/148 deferindo a tutela antecipada. Petição da ré às fls. 178 noticiando a interposição de agravo de instrumento em face da decisão que concedeu a antecipação de tutela. Contestação às fls. 218/277, arguindo, preliminarmente, a ilegitimidade ativa do Ministério Público. No mérito, aduz, em resumo, que vem cumprindo a legislação pertinente à prestação de serviços de transporte urbano de passageiros, mencionando a Lei nº 8.975/95, assim como o artigo 175 da Constituição Federal. Sustenta que eventuais alterações em trajetos decorrem de situações que se enquadram na teoria da imprevisão e que deve ser observado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de se permitir a continuidade da prestação do serviço. Afirma que as investigações que culminaram com a presente demanda se originaram da fiscalização do DETRO/RJ, e não dos consumidores, refutando a ocorrência de danos morais coletivos, bem como o quantum indenizatório postulado na exordial. Assevera que cumpre as normas aplicáveis, prestando o serviço de forma adequada, rejeitando o pleito de inversão do ônus da prova em favor do autor. Requer o acolhimento da preliminar de ilegitimidade ativa ou, caso ultrapassada, a improcedência dos pedidos. Às fls. 313/319 consta acórdão da e. 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça concedendo parcial provimento ao agravo de instrumento de nº 0017472-48.2019.8.19.0000. Réplica às fls. 342/371. Decisão saneadora às fls.411/412 rejeitando a preliminar de ilegitimidade ativa do Ministério Público e deferindo a produção de prova documental suplementar. Petição da ré às fls. 419/423 juntando a documentação de fls. 424/435, tendo o autor se manifestado às fls. 444, pugando pelo julgamento do feito. É o relatório. Decido. A Constituição da República, no artigo 129, inciso III, prescreve que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, sendo que, em observância ao mandamento constitucional, o artigo 34, inciso VI da Lei Complementar nº 106, de 03/01/2003 (Lei Orgânica do Ministério Público do Rio de Janeiro) estatui que são funções institucionais do Ministério Público, in verbis: 'Promover o inquérito civil e propor a ação civil pública, na forma da Lei: a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados à criança e ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência, ao meio ambiente, ao consumidor, ao contribuinte, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos.' Da mesma forma, a Lei nº 7.347/85 atribui legitimidade ao Ministério Público para ajuizamento da ação civil pública para a prevenção ou reparação dos danos causados ao consumidor em decorrência de violação de interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos (artigos 1º, 3º, 5º e 21 do CDC). A presente demanda versa sobre questões relacionadas ao direito do consumidor, enquadrando-se a empresa ré na figura de fornecedora de serviços - concessionária responsável pela prestação do serviço de transporte urbano de passageiros - conforme art. 3º da Lei 8.078/90 (CDC), atuando o autor na defesa de interesse dos consumidores, na forma prevista no art. 81 e 82, inciso I da referida lei. Com efeito, o Ministério Público propôs a presente ação civil pública em decorrência da apuração de graves e reiteradas irregularidades na prestação dos serviços da ré, conforme fiscalização do DETRO/RJ e investigação realizada por meio do Inquérito Civil 2016.00912967, cuja íntegra foi juntada com a inicial. Em que pese as alegações da ré, o conjunto probatório corrobora a narrativa exposta pelo Parquet, restando comprovado nos autos que a empresa demandada deixou de cumprir as determinações estipuladas pelo Poder Concedente, evidenciando-se, portanto, a falha na prestação dos serviços. Os autos de infração se encontram às fls.28/30 e 48. Enviados ofícios à ré para que prestasse esclarecimentos sobre os fatos, conforme consta de fls.49, 50, 54, 57 e 63, não houve resposta da empresa, conforme fls.51, 55 e 66. Às fls.101/102 foi juntado relatório do Detro. Insta salientar que, segundo o artigo 14, § 3º da Lei 8.078/90, o fornecedor ou prestador de serviços só se exime de sua responsabilidade se comprovada uma das excludentes nele previstas, quais sejam: inexistência do defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros, o que não ocorreu no caso em tela, porquanto a empresa ré não logrou infirmar as provas apresentadas pelo autor na presente demanda, em especial o Inquérito Civil de fls. 22/142. Não houve qualquer comprovação pela ré que ilidisse a acusação de descumprimento do quadro de horários das linhas 6031 (Niterói/Nova Iguaçu via Magé) e 19451 (Niterói/Nova Iguaçu via Magé). De fato, a ré, empresa atuante no ramo de transporte urbano de passageiros, descumpriu o quadro de horários das linhas descritas na exordial, conforme o resultado da fiscalização do DETRO/RJ, em flagrante violação ao artigo 175 da Constituição Federal, ao artigo 6º da Lei nº 8.987/95 e ao Código de Defesa do Consumidor. Deste modo, cabível a condenação da ré a realizar a adequada prestação dos serviços das linhas de ônibus, cumprindo o quadro de horários fixado pelo Poder Concedente nas linhas 6031 Niterói x Nova Iguaçu - via Magé com ônibus tipo urbano e 19451 Niterói x Nova Iguaçu - via Magé com ônibus tipo rodoviário. Passo a analisar o pedido de indenização por dano moral coletivo. Com efeito, a indenização por dano moral individual ou coletivo causado ao consumidor está disciplinada pelo artigo 6º, inciso VI da Lei 8.078/90: 'São direitos básicos do consumidor: VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;'. Certo é que o dano moral coletivo é categoria autônoma que não se confunde com o de natureza individual, ressaltando-se que, de acordo com julgado do E. STJ, para a configuração do dano moral coletivo devem estar presentes certos pressupostos, senão vejamos: 'RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INCORRÊNCIA. FASES DA AÇÃO COLETIVA. SENTENÇA GENÉRICA. AÇÃO INDIVIDUAL DE CUMPRIMENTO. ALTA CARGA COGNITIVA. DEFINIÇÃO. QUANTUM DEBEATUR. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. RELEVÂNCIA E TRANSCENDÊNCIA. EXISTÊNCIA. COISA JULGADA. EFEITOS E EFICÁCIA. LIMITES. TERRITÓRIO NACIONAL. PRAZO PRESCRICIONAL. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL COLETIVO. VALORES FUNDAMENTAIS. LESÃO INJUSTA E INTOLERÁVEL. INOCORRÊNCIA. AFASTAMENTO. ASTREINTES. REVISÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. (...) 12. O dano moral coletivo é categoria autônoma de dano que não se identifica com os tradicionais atributos da pessoa humana (dor, sofrimento ou abalo psíquico), mas com a violação injusta e intolerável de valores fundamentais titularizados pela coletividade (grupos, classes ou

categorias de pessoas). Tem a função de: a) proporcionar uma reparação indireta à lesão de um direito extrapatrimonial da coletividade; b) sancionar o ofensor; e c) inibir condutas ofensivas a esses direitos transindividuais. 13. Se, por um lado, o dano moral coletivo não está relacionado a atributos da pessoa humana e se configura in re ipsa, dispensando a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral, de outro, somente ficará caracterizado se ocorrer uma lesão a valores fundamentais da sociedade e se essa vulneração ocorrer de forma injusta e intolerável. 14. Na hipótese em exame, a violação verificada pelo Tribunal de origem - a exigência de uma tarifa bancária considerada indevida - não infringe valores essenciais da sociedade, tampouco possui os atributos da gravidade e intolerabilidade, configurando a mera infringência à lei ou ao contrato, o que é insuficiente para a caracterização do dano moral coletivo. (...) (REsp Nº 1.502.967/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJE 26/06/2018). Ora, o entendimento jurisprudencial acima destacado demonstra que, para que ocorra a condenação ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, haja 'lesão a valores fundamentais da sociedade' e que essa vulneração ocorra 'de forma injusta e intolerável'. Evidentemente, não é esta a hipótese tratada nos autos, motivo pelo qual entendo pela rejeição do pleito indenizatório, por entender suficiente e razoável a condenação relativa ao cumprimento da obrigação de fazer deferida liminarmente e agora ratificada. Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO para confirmar a decisão de fls.147/148, que deferiu a tutela antecipada, rejeitando o pedido de indenização por danos morais coletivos. Condeno, ainda, a parte ré ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, a serem revertidos ao Fundo Especial do Ministério Público do RJ. Certificado o trânsito em julgado e o correto recolhimento das custas, se houver, dê-se baixa e arquivem-se. Intimem-se. Ciência ao MP.

Imprimir Fechar